

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**PESQUISA NACIONAL DE VITIMIZAÇÃO**

**Consultora:** FERNANDA MEIRA DE SOUZA

**Entidade:** Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública – Pesquisa Nacional de Vitimização.

**Projeto:** PNUD BRA/04/029 – Segurança Cidadã

**Produto: 06** – Este documento é o sexto relatório de acompanhamento da Pesquisa Nacional de Vitimização, contendo: relato final consolidado da coleta dos dados nos domicílios acompanhados (questionário nacional e UNICRI), identificando eventuais problemas na execução da pesquisa e propondo medidas corretivas; relato da checagem (por meio de visitas) de pelo menos 01 setor censitário por município; relato do número e a natureza dos casos de substituição, assim como da necessidade e a justificativa de ocorrer substituição.

**Autenticação Consultor**

BRASILIA, 03 de junho de 2011.

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>3</b>
<b>PARTE I</b> .....	<b>7</b>
<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>8</b>
Amostra Estratificada no nível do domicílio; .....	8
Mapeamento geográfico do universo da população através de Arrolamento dos setores censitários; .....	11
Procedimento de sorteio dos entrevistados .....	13
Substituição do domicílio .....	15
Exigências intrínsecas à aplicação do questionário (Entrevista com pessoa do mesmo sexo e com privacidade) .....	16
Demais observações sobre procedimentos metodológicos no campo .....	18
<b>RECOMENDAÇÕES</b> .....	<b>20</b>
Imponderáveis do campo .....	21
<b>ACOMPANHAMENTO DOS TREINAMENTOS</b> .....	<b>22</b>
<b>GESTÃO DA PESQUISA</b> .....	<b>22</b>
PNUD .....	23
SENASP .....	24
DATAFOLHA .....	24
Fluxo de Pesquisadoras (es) .....	25
CRISP .....	27
<b>RECOMENDAÇÕES</b> .....	<b>27</b>
<b>AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO</b> .....	<b>27</b>
Tamanho e duração da aplicação do questionário .....	28
Linguagem e Enunciados .....	29
Diagramação .....	29
Problemas específicos apontados pela consultora .....	31
Problemas apontados pelas pesquisadoras .....	32
<b>RECOMENDAÇÕES</b> .....	<b>33</b>
<b>PERFIL DAS PESQUISADORAS/ENTREVISTADORAS</b> .....	<b>33</b>
Raça .....	33
Faixa Etária .....	33
Formação .....	34
Qualidade técnica das pesquisadoras .....	34
<b>ACOMPANHAMENTO POR MEIO DE CONSULTORES CONTRATADOS</b> .....	<b>36</b>
Problemas enfrentados .....	36
Desafios .....	37
Oportunidades .....	38
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>38</b>
<b>PARTE II</b> .....	<b>40</b>
<b>Pesquisa Nacional de Vitimização – PNV: Um olhar sobre alguns aspectos de Gênero</b> .....	<b>40</b>

## INTRODUÇÃO

No mês de setembro de 2010, a consultora Fernanda Meira de Souza substituiu a consultora Fernanda Bestetti de Vasconcelos, portanto, dando continuidade ao acompanhamento já iniciado pela Consultora anterior, em julho de 2010; No dia 8 de setembro, a nova consultora participou da reunião com a Coordenação Nacional da Pesquisa de Vitimização e com os/as demais consultores/as. Na ocasião, foi repassada pela coordenação a planilha com a previsão de execução de campo para o mês de setembro, planilha esta construída pela empresa contratada, o Instituto Datafolha.

As atividades de acompanhamento foram realizadas no Rio Grande do Sul (de 8 a 13 de setembro; 18 a 24 de outubro; 23 a 28 de novembro), no Paraná (de 14 a 20 de setembro; 25 a 30 de outubro; 16 a 22 de novembro) e em Santa Catarina (no período de 21 a 26 de setembro de 2010; 13 a 17 de outubro; 10 a 15 de novembro).

Nos meses de setembro, outubro e novembro de 2010, foram feitos os acompanhamentos conforme as orientações da Coordenação Nacional da PNV, que eram dadas através de reuniões presenciais mensais, em Brasília, sede da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, assim como por correio eletrônico. Em cada reunião com a Coordenação Nacional da PNV, era repassada a planilha de previsão de campo indicada pela empresa contratada para execução da PNV, o Instituto Datafolha. Em seguida, a consultora realizou os contatos, por correio eletrônico, com as coordenações estaduais do Instituto Datafolha, informando datas e municípios previstos para o seu acompanhamento das pesquisadoras. Na chegada em cada estado, os contatos eram reforçados por meio de telefone no intuito de obter as indicações sobre a disponibilidade das pesquisadoras que deveriam ser acompanhadas.

A partir dessa dinâmica de trabalho, foram monitorados os três estados da Região Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Ao todo, a consultora esteve em 21 cidades, acompanhou 76 entrevistas, com 40 pesquisadoras. Foram visitados 59 setores censitários,

gerando uma média de **três** setores por cidade monitorada.

**Tabela 1**

<b>Nº ESTADOS</b>	<b>Nº CIDADES</b>	<b>Nº SETORES CENSITÁRIOS</b>	<b>Nº ACOMPANHAMENTOS</b>	<b>Nº PESQUISADORAS</b>
<b>3</b>	<b>21</b>	<b>59</b>	<b>76</b>	<b>40</b>

Foram acompanhados os seguintes municípios na Região Sul:

**Tabela 2**

<b>ESTADO</b>	<b>SANTA CATARINA</b>	<b>PARANÁ</b>	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>
<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>Palhoça</b>	<b>Curitiba</b>	<b>Cachoeira do Sul</b>
	<b>Florianópolis</b>	<b>Guarapuava</b>	<b>Guaíba</b>
	<b>São José</b>	<b>Campo Largo</b>	<b>Sapiranga</b>
	<b>Tubarão</b>	<b>Paranaguá</b>	<b>Campo Bom</b>
	<b>Itajaí</b>	<b>Quatro Barras</b>	<b>Bento Gonçalves</b>
	<b>Imbituba</b>	<b>Maringá</b>	<b>Lajeado</b>
	<b>Joinville</b>		<b>Cruz Alta</b> <b>Farroupilha</b>

Número de acompanhamentos realizados por municípios:

**Tabela 3**

CIDADE/SETEMBRO	ESTADO	Nº Acomp. Realizados
Porto Alegre	RS	3
Guaíba	RS	2
Sapiranga	RS	2
Lajeado	RS	4
Bento Gonçalves	RS	2
Curitiba	PR	1
Paranaguá	PR	2
Campo Largo	PR	2
Guarapuava	PR	3
Florianópolis	SC	2
Palhoça	SC	1
São José	SC	3

**Tabela 4**

CIDADE/OUTUBRO	CE	Nº Acomp. Realizados
Porto Alegre	RS	5
Guaíba	RS	3
Sapiranga	RS	5
Campo Bom	RS	4
Curitiba	PR	2
Paranaguá	PR	2
Campo Largo	PR	1
Guarapuava	PR	2
Itajaí	SC	1
Tubarão	SC	1
Joinville	SC	1

**Tabela 5**

CIDADE/NOVEMBRO	CE	Nº Acomp. Realizados
Palhoça	SC	1
São José	SC	1
Imbituba	SC	0
Joinville	SC	1
Curitiba	PR	0
Paranaguá	PR	2
Campo Largo	PR	1
Maringá	PR	1
Quatro Barras	PR	1
Cachoeira do Sul	RS	4
Cruz Alta	RS	6
		4
Farroupilha	RS	



## PARTE I

Na primeira parte deste documento consta o relatório consolidado das informações técnicas descritas nos produtos anteriores, relevantes ao monitoramento *in loco*, porém, numa perspectiva mais ampla do processo. Terá também um caráter de balanço avaliativo do que foi feito pela consultora Fernanda Meira nos 3 estados da Região Sul do Brasil, no período em que esteve em campo – de setembro a novembro de 2010. Esse registro se dará a partir das seções temáticas de Metodologia da Pesquisa; Acompanhamento dos Treinamentos; Gestão da Pesquisa; Avaliação do Instrumento (questionários); Perfil dos Pesquisadores/Entrevistadores e Metodologia de Acompanhamento por meio de consultores contratados.

É importante ressaltar que apesar dessas seções estarem separadas, em alguns momentos haverá intersecção, de modo que alguns temas poderão ser retomados no decorrer do documento.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

Antes de passar para a parte de avaliação, se faz necessário contextualizar com breve descrição da metodologia utilizada pela Pesquisa Nacional de Vitimização. A PNV é uma pesquisa quantitativa domiciliar, aplicada no território brasileiro. Com uma amostra de 70.000 questionários, o universo da população é constituído pelos moradores permanentes dos domicílios dentro do território nacional. Foram aplicados dois tipos de questionários, ambos utilizados para homens e mulheres, sem distinção, que possuísem 16 anos de idade ou mais<sup>1</sup>.

Submeter uma pesquisa com proporção continental se configura um grande desafio. A partir disso, tomemos por base os principais aspectos observados pela consultora na perspectiva da metodologia da PNV:

### **Amostra Estratificada no nível do domicílio;**

Nesse item, o que mais se destaca são as estratégias utilizadas pelos (as) pesquisadores (as) para acessarem os domicílios. No Manual do Pesquisador da PNV há algumas instruções de abordagem das residências. Mas estas instruções não seguem uma sequência, tampouco se configuram num modelo “passo a passo” que oriente o (a) pesquisador (a) em campo. Na página 10 do Manual diz o seguinte:

*Apresentar-se e convencer o morador a responder à pesquisa é provavelmente uma das mais cruciais e difíceis partes da tarefa de realização de um estudo. Logo nos primeiros minutos do contato você precisa convencer o entrevistado (a) de quatro coisas: Você é um pesquisador (a) credenciado; Você representa organizações conhecidas e respeitáveis – PNUD, DATAFOLHA e CRISP/UFMG;*

---

1 DATAFOLHA; CRISP. Pesquisa Nacional de Vitimização. Manual do(a) entrevistador(a) de campo. São Paulo/Minas Gerais. 2010.



*Você está engajado numa pesquisa importante e de grande valor para a sociedade; A participação da pessoa selecionada é fundamental para o sucesso da pesquisa.*

Posteriormente, esse tema é retomado e esgotado na página 28 do Manual, no que diz respeito ao acesso aos blocos, condomínios de apartamentos e casas, orientando os pesquisadores como proceder para acessar esses tipos de moradia. Nessas orientações basicamente consta apenas o contato com porteiros e síndicos.

Na Região Sul, a consultora acompanhou 59 setores censitários junto a 40 pesquisadoras. Foram abordados vários tipos de domicílio: condomínios fechados de casas e apartamentos, favelas, morros, casas isoladas, conjuntos habitacionais, vilas operárias, entre outros. Após a observação através de acompanhamento *in loco* do trabalho das pesquisadoras do sexo feminino<sup>2</sup>, a consultora constatou que cada tipo de moradia requer, em certa medida, estratégias diferentes de abordagem. O mesmo poderia ser dito sobre o perfil do (a) pesquisador (a)<sup>3</sup>. Quando se fala em perfil, a consultora se refere não somente a grau de escolaridade, formação, idade, mas também postura em campo (modo de falar, linguagem corporal, apresentação pessoal). Isso significa que entrevistar um morador de uma favela não é a mesma coisa que entrevistar um morador de um condomínio de apartamentos de luxo, assim como fazer entrevistas com moradores nas cidades do interior é diferente de realizar o mesmo trabalho nas capitais. Foi observado também que determinados perfis de pesquisadoras obtêm mais sucesso num determinado tipo de bairro ou moradia, assim como na relação interior/capital. No entanto, a orientação do Manual do (a) Pesquisador (a) ignora tais peculiaridades. Dessa forma foi orientada a mesma estratégia para situações distintas, o que exigiu das pesquisadoras habilidades específica que desenvolveram por conta própria.

De maneira geral, a maioria das pesquisadoras acompanhadas relatava, informalmente,

---

2 A consultora também acompanhou pesquisadores do sexo masculino quando estes formavam duplas com mulheres. No entanto, a consultora não acompanhava as entrevistas deles.

3 Esse ponto será retomado mais adiante na seção de Perfil dos (as) pesquisadores(as).

que preferiam fazer a pesquisa em cidades do interior, e de preferência em bairros pobres, principalmente sendo casas e não apartamentos. Pela experiência das pesquisadoras, as pessoas de baixa renda eram mais receptivas a responder o questionário. Além disso, nos bairros pobres, havia maior expectativa de se encontrar moradores em casa no horário comercial.

De fato, em praticamente todos os setores monitorados pela consultora, verificou-se que em bairros de população economicamente mais abastada, principalmente com condomínios de apartamento, o índice de recusa e de não atendimento da porta era elevado. Era justamente nesses setores que em um dia inteiro, muitas vezes de caminhada a pé, se conseguia no máximo 2 entrevistas.

Por outro lado, se para população de classe média alta diminuía o interesse em se submeter à entrevista, também foi notado pela consultora outro fator importante, a postura/perfil da pesquisadora. No geral, quando as pesquisadoras pegavam um setor como esse já saíam com a idéia internalizada de que não seria um dia produtivo. A consultora arrisca até fazer uma brevíssima e preliminar análise do discurso do modo de abordagem da pesquisadora no domicílio. Em geral ela utilizava um tom de voz que transparecia um caráter de *favor*. Era quase uma súplica. Numa representação do diálogo seria mais ou menos assim: *“Bom dia, Senhora, meu nome é tal, represento tal instituto, estamos realizando a PNV... a senhora poderia disponibilizar...”* Diante da recusa, começam as súplicas *“Por favor, é um estudo importante, é só um tempinho, não demora, é para me ajudar, poxa, que pena... Eu poderia voltar outra hora?”*.

O que se quer dizer com isso é que acessar essa grande diversidade de tipo de moradias, de público, de classes sociais, profissões e atividades tão diversas implica numa verdadeira equação que vai desde o perfil socioeconômico dos (as) entrevistados (as), que em certa medida definem a sua predisposição a receber um pesquisador em casa, a um perfil do próprio pesquisador que pode obter sucesso em determinado bairro e tipo de moradia, mas

não obter em outros. Ou seja, você tem uma Pesquisa Nacional, com uma estratégia única, mas que requer diferentes formas de abordagem para cada situação. Para a consultora esse tipo de sofisticação de estratégica e de gestão da pesquisa não foi identificado em nenhum dos três estados da Região de maneira uniforme. Mas vale ressaltar que apesar de não haver uma orientação institucional para isso, por parte da empresa contratada, a consultora observou várias iniciativas individuais, bastante intuitivas, das pesquisadoras para transpor esses obstáculos.

Outro determinante para o acesso aos domicílios é segurança. Por mais que a pesquisadora estivesse devidamente uniformizada e identificada, munida de cartão de visita e crachá do Datafolha, além do Call Center, os moradores não se sentiam seguros em recebê-los em casa. Muitas entrevistas aconteceram do lado de fora da residência, em pé, no portão. Houve uma situação particular em que a consultora e a pesquisadora foram sumariamente chamadas de ladras por um morador ao ser abordado. Ele mandou que se retirassem da frente da sua casa. Além disso, a consultora teve conhecimento de que houve duas situações de pesquisadoras detidas pela polícia. As entrevistadas desconfiaram da veracidade do trabalho e chamaram a Polícia.

#### **Mapeamento geográfico do universo da população através de Arrolamento dos setores censitários;**

Não foi previsto (contratualmente) para a consultora acompanhar a atividade de arrolamento dos setores censitários. No entanto, por vezes ela teve acesso ao mapa do setor e lista de arrolamento. Uma das queixas constantes compartilhadas pelas pesquisadoras é a de terem que arrolar setores com o mapa defasado do IBGE (10 anos de defasagem). Várias vezes elas entraram em conflito com atendentes do *Call Center* do Datafolha, que funciona em São Paulo, porque quando chegavam ao campo o local estava modificado. Ou seja, onde no mapa marcava uma rua ou descampado, agora existia um conjunto habitacional. Ou o contrário, onde

marcava um prédio, agora passava uma avenida.

Durante o monitoramento, a consultora identificou muitos erros no arrolamento. Esses erros só eram possíveis de serem observados porque as pesquisadoras ora revelavam, sempre justificando que o arrolamento havia sido feito por outra pessoa, ora a pesquisadora se perdia no local e não conseguia encontrar o endereço. Os principais erros eram: Domicílios de uma rua estavam arrolados em outra perpendicular; Domicílios que possuíam frente numa rua e os fundos em outra eram contabilizados duas vezes como se fossem residências diferentes; Domicílios com numeração eram anotados como “Sem Número”.

Outro problema recorrente é que parece que não há, ou se há, não é utilizado um padrão de anotações e códigos no arrolamento. Com isso, as pesquisadoras se queixam quando utilizam o arrolamento feito por outra pessoa. Quase sempre ficam dúvidas com caligrafias, siglas e abreviaturas de domicílios.

Apesar de o arrolamento ser um trabalho mecânico, fisicamente desgastante e não ter um bom retorno financeiro (era pago cerca de 20 reais por setor arrolado, sendo que levava cerca de 3 a 4 horas de trabalho cada setor), as pesquisadoras preferiam fazê-lo porque facilitava o reconhecimento do local da pesquisa, e era durante o arrolamento que elas podiam estabelecer os primeiros contatos com a comunidade, com as pessoas e garantir uma circulação mais segura.

Ao encontrarem erros nos arrolamentos, algumas pesquisadoras não corrigiram nem comunicaram tais erros ao *Call Center* do Datafolha, decidindo por continuar nos setor. Algumas delas desconheciam ou ignoravam que tais erros poderiam implicar em cancelamento do questionário;

## Procedimento de sorteio dos entrevistados

No Questionário Tipo I /SENASP foi utilizado o método *KISH* para sorteio dos entrevistados. Foram construídas 32 tabelas aplicadas em sistema de proporção a partir de uma matriz e cada questionário está associado a uma dessas tabelas. O (a) pesquisador (a) tinha que listar todos os moradores da residência que possuíam 16 anos ou mais. Depois tinha que contar quantas dessas pessoas eram mulheres. Na tabela do questionário tinha que circular com uma caneta na coluna vertical o número de mulheres, cruzando com a linha horizontal o número de adultos. A partir disso seria identificado o respondente<sup>4</sup> que poderia ser de um número limitado de perfis. Ex. Mulher mais velha, mulher mais nova, homem do meio, entre outros.

O método do sorteio em si, não deveria apresentar problemas. De fácil aplicação, as pesquisadoras normalmente não cometiam erros. No entanto, isso só se configura a partir do momento em que a pesquisadora lista corretamente os moradores do domicílio. Para que isso ocorresse, era necessário fazer a pergunta de maneira correta. Ou seja, perguntar quantas pessoas com idade a partir de 16 anos moram na casa. Por vezes era necessário explicar que estavam incluídos os idosos e empregadas (os) que residiam no domicílio.

Porém, em alguns casos a pesquisadora perguntava quantos adultos moravam no domicílio; Ou quantas pessoas de 16 anos ou mais moravam no domicílio. Na primeira pergunta os moradores entendiam que adultos eram a partir dos 18 anos. Na segunda pergunta equivocada, se não houvesse ninguém de 16 anos, a resposta era “nenhum”.

Na ânsia de não perder a oportunidade de fazer uma entrevista, aproveitando uma casa em que os moradores eram bastante receptivos, algumas pesquisadoras não se furtavam de manipular o método de sorteio. As formas eram diversas. Poderia ser escolhendo o questionário que melhor se adequasse àquele domicílio, ou manipulando a

---

4 DATAFOLHA; CRISP. 2010. Pesquisa Nacional de Vitimização – Manual do(a) Pesquisador(a). São Paulo.

contagem de moradores para que o questionário se encaixasse. Numa larga escala, esse tipo de procedimento compromete o caráter aleatório de escolha do entrevistado. No último mês de campo, novembro, a consultora conversou informalmente com algumas checadoras da empresa contratada, e elas revelaram que estavam encontrando muitos casos de manipulação do sorteio do entrevistado. O caso mais absurdo foi o de um pesquisador do sexo masculino que portando um questionário em que era para ser entrevistado o homem mais velho da casa, na ausência dele, o pesquisador entrevistou a esposa desse morador e marcou no questionário como se tivesse sido com ele.

A respeito do sorteio dos (as) entrevistados (as), ocorria que muitos dos moradores dos domicílios perguntavam como se dava essa escolha. Nem sempre as pesquisadoras davam a resposta de maneira esclarecedora. Por outra via, nem sempre alguns moradores ficavam satisfeitos tanto com a explicação quanto com a escolha. Nesses momentos se revelavam algumas nuances das relações de gênero dentro do domicílio, assim como os arranjos familiares e a noção de “chefe de família”.

Muitos homens não aceitavam que suas esposas fossem as sorteadas para responder ao questionário. Diversas vezes a consultora testemunhou maridos expressando indignação porque se ele era o homem da casa, o provedor e chefe da família, só ele teria a legitimação e competência para representar o domicílio. Muitas recusas se deram por essa razão. Alguns maridos, sequer permitiam a esposa falar com a pesquisadora.

Os casos acima sem dúvida eram os mais recorrentes. Mas outras situações semelhantes também ocorriam. Quando a pessoa sorteada era algum parente considerado agregado (cunhado (a), filho (a) adotivo (a), genro, nora e sogros), ou seja, pessoas que não tinham participação ativa na economia da casa, os chefes de família, mesmo sendo mulheres, não ficavam satisfeitos com o resultado do sorteio. Algumas vezes permitiam contrariados, outras vezes impediam a entrevista e era constituída a recusa.

No Questionário Tipo II – UNICRI foi utilizado outro método de sorteio. Nele, todos os

moradores da residência deveriam ser listados na planilha de sorteio: nome, sexo, idade exata, dia e mês de aniversário. O (a) sorteado (a) para a entrevista seria a pessoa com data mais próxima para fazer aniversário, desde que tivesse 16 anos ou mais, sem distinção de sexo. Com o questionário UNICRI a consultora não detectou problemas de sorteio, possivelmente em razão de que das 76 entrevistas acompanhadas, menos de 5% foram do tipo II.

### **Substituição do domicílio**

De acordo com o Manual do (a) Pesquisador (a), a substituição correta do domicílio poderia se dar nas seguintes condições: Três tentativas de realizar a entrevista em dias e horários diferentes; Recusa do entrevistado ou do domicílio em se submeter à entrevista. Para tanto, as substituições deveriam ser feitas mantendo-se o perfil de sexo e faixa etária do (a) entrevistado (a). Para a substituição, era necessária também o acompanhamento/autorização do procedimento pela equipe de planejamento em São Paulo, através do *Call Center*. O domicílio substituto deveria seguir a sequência crescente das linhas da folha de arrolamento, ou seja, a linha de baixo.

A consultora acompanhou 76 entrevistas, dessas, cerca de 30% tiveram substituição. Em apenas 1 (uma) substituição a pesquisadora tentou comunicar ao *Call Center*, como não foi atendida, guardou o questionário, anotou esta observação na folha de arrolamento e informou à consultora que entraria em contato com São Paulo novamente no outro dia. Assim, as substituições eram feitas sob decisão, conta e risco das pesquisadoras. Algumas entrevistadoras até fizeram menção a este procedimento, mas justificaram que o *Call Center* não atendia em tempo hábil.

Nem sempre as substituições eram feitas de forma correta. Raramente a consultora observou que se tratava da terceira visita ao domicílio para que se pudesse fazer a substituição. Houve um caso extremo em que a dupla de pesquisadoras desistia do domicílio sempre que

alguém não atendia a porta, ou a pessoa sorteada não estava disponível para a entrevista naquele momento. E para agravar o quadro, teve um momento em que a dupla se separou. A consultora acompanhou uma delas, que não estava portando a folha de arrolamento. Tinha anotado apenas os números das casas sorteadas. Ela começou a substituir de maneira arbitrária, usando o critério da casa ao lado. No entanto, ao pegar a folha de arrolamento, verificou-se que substituíra pela linha acima do sorteio, contrariando a regra do manual de instruções da PNV.

#### **Exigências intrínsecas à aplicação do questionário (Entrevista com pessoa do mesmo sexo e com privacidade)**

Na página 43 do Manual do (a) Pesquisador (a), no item 8, tem uma observação que explicita a orientação para que os questionários sejam aplicados em respondentes do mesmo sexo do (a) pesquisador (a). Está escrito da seguinte forma:

*Caso o entrevistado sorteado seja do sexo masculino, a entrevista deve ser realizada pelo pesquisador do sexo masculino e se o entrevistado sorteado for do sexo feminino, o questionário deve ser aplicado pelo pesquisador do sexo feminino.*

A consultora não esteve presente nos treinamentos iniciais, portanto não pode afirmar se foram dadas informações extras para explicar esse critério de aplicação do questionário. Mas a consultora observa que essa breve orientação no Manual é insuficiente para internalizar as razões de tal procedimento, facilitando, assim, o esclarecimento aos moradores na abordagem no domicílio.

A consultora entende as razões desse critério, que foram reforçadas nas reuniões da coordenação da PNV, no escritório da SENASP, em Brasília. Ou seja, que esse critério é por conta do conteúdo de algumas perguntas do questionário, que falam sobre violência contra as mulheres e violência sexual. Porém isso não estava claro para as pesquisadoras em campo. Em



vários momentos elas perguntavam para a consultora porque não podiam entrevistar homens, e vice-versa. Para elas, não havia problema algum e que não pensavam que esses temas fossem delicados ao ponto de ter esse rigor metodológico.

Diante de tais indagações das entrevistadoras, a consultora subentende que os temas tratados pela PNV não devem ter sido explorados em caráter de informação e sensibilização nos treinamentos das equipes de pesquisa, por parte da empresa contratada. Caso tenham sido, não foi o bastante. A consultora presenciou uma situação em que um pesquisador homem entrevistou uma mulher, por ter convicção de que por ser o questionário do Tipo II – UNICRI não participava desse critério.

A consultora entende que não trabalhar os conceitos, a delicadeza e cuidado que inspiram os temas das violências de gênero e sexuais, as próprias pesquisadoras não conseguiam explicar de maneira clara para os moradores o porquê desse aspecto metodológico. Muitas vezes a consultora presenciou explicações em linguagem jocosa por parte da pesquisadora dizendo para os moradores dos domicílios abordados: “É que nessa pesquisa tem que ser homem com homem e mulher com mulher”. Esses foram casos extremos e não tão recorrentes. Mas o recorrente é que mesmo que as pesquisadoras soubessem a razão de entrevistadores só aplicarem o instrumento com pessoas do mesmo sexo, elas não gostavam de explicar.

A questão da privacidade é outro critério importante para realização das entrevistas. Porém, no Manual do (a) Pesquisador (a) não consta nenhuma orientação sobre esse critério metodológico. O que consta para a consultora é que tal recomendação foi feita nos treinamentos e tem sido colocada pelas coordenações regionais. No campo, o que a consultora pôde observar que raramente era feita a ressalva da privacidade – muitas entrevistas foram realizadas com a presença de maridos, familiares, vizinhos, amigos e até funcionários dos condomínios quando as entrevistadas moravam em edifícios. Algumas vezes essas pessoas interferiam na entrevista.

Quando não era feita a ressalva, geralmente, acarretavam duas situações diferentes: a) a pesquisadora não falava nada e continuava a entrevista com platéia; b) a pesquisadora avisava do critério da privacidade depois que a entrevista já havia iniciado e isso criava um clima constrangedor, porque a entrevistada ficava constrangida, com medo ou aborrecida de ter que mandar alguém sair de perto; c) Em algumas ocasiões a pergunta sobre ofensa sexual foi feita na presença de crianças, companheiros/as ou outras pessoas.

Houve uma situação extrema em que a pesquisadora fez toda a entrevista na frente do marido da entrevistada e ainda pediu desculpas para ele, mas justificou que tinha que perguntar para a esposa se ele já tinha cometido alguma violência contra ela.

#### **Demais observações sobre procedimentos metodológicos no campo**

Abaixo estão pontuados os demais problemas nos procedimentos metodológicos no campo que estão diretamente ligados ao perfil dos (as) pesquisadores (as).

- Os comandos e orientações para o questionário (“estimulada”, “leia para o entrevistado”, única/múltipla) diversas foram ignorados pelas pesquisadoras;
- Não aplicação do rodízio;
- Recorrência da leitura das opções “não sabe”; “não tem; ou “não quis responder”;
- Alguns entrevistadoras marcavam respostas diferentes das respondidas pela entrevistada;
- Algumas pesquisadoras marcavam no questionário antes da entrevistada responder;
- A pergunta sobre renda da família era feita ignorando a orientação numérica do cartão, implicando no constrangimento da entrevistada em ter que dizer o valor exato que ela e os outros moradores ganham; implicando, ainda, na pesquisadora fazer o somatório da renda familiar para marcar a resposta;
- Algumas pesquisadoras esqueciam-se de anotar o horário de início e fim da entrevista.

Algumas solicitavam para a consultora fazer tal registro;

- Perguntas já respondidas indiretamente pela entrevistada não eram feitas ou eram respondidas automaticamente pelas pesquisadoras;
- As perguntas sobre religião e orientação sexual não eram lidas até o final quando as entrevistadas respondem os primeiros itens; Os itens Candomblé e Umbanda por diversas vezes não eram lidos para as entrevistadas;
- Os parênteses explicativos da questão sobre opção religiosa foram lidos diretamente, desconsiderando o comando da pergunta;
- A pergunta 8, sobre orientação sexual, não é lida *ipsis literis*. Algumas pesquisadoras expressam juízo de valor: “A senhora é heterossexual, já que foi casada, né?” ou “tem seu marido, não é?”; Ou explicam que heterossexual é o “normal”, quando há dúvidas por parte da entrevistada;
- Na P.182, sobre a escolaridade “do chefe” da família, a pesquisadora deduzia que este seja o homem da casa. Dessa forma, modifica a pergunta: “Até que ano seu marido estudou?” Quando não há homens na casa as entrevistadoras hesitam e sempre pergunta “então a senhora é o chefe?”;
- Algumas pesquisadoras não faziam a leitura *ipsis literis* das perguntas, reformulando-as com suas próprias palavras;
- Algumas pesquisadoras quando faziam a leitura *ipsis literis*, não adéquam o pronome de gênero, lendo “senhor” em todas as perguntas, mesmo entrevistando uma mulher;
- Na P.151, sobre itens de segurança na residência, algumas pesquisadoras observavam o ambiente e respondiam pela entrevistada; Ou contestavam a resposta dada por confrontarem visualmente o tamanho do muro, ou por não visualizarem grades, olho mágico, chaves extras, etc.;
- Algumas pesquisadoras não utilizavam os cartões ou utilizavam de forma incorreta. Deixavam os cartões da pergunta anterior nas mãos da entrevistada que, em vão,

procuravam a resposta na folha errada;

- No bloco P.152 a 161, em que há dois comandos (primeiro perguntar “Seguro (a) ou Inseguro (a)” e depois perguntar se “muito” ou “pouco”, as pesquisadoras ignoravam o comando e liam todas as opções;
- Com entrevistadas idosas, algumas perguntas são ignoradas/puladas por decisão da entrevistadora. Ex. Orientação Sexual; Ofensa Sexual; Fraude na Internet;
- Algumas pesquisadoras, quando não eram convidadas a entrar no domicílio, ou tampouco as entrevistadas saíam, iniciavam a entrevista no portão da casa sorteada. Dessa forma, as entrevistadas eram expostas, assim como as próprias pesquisadoras e a consultora perante a vizinhança porque as perguntas eram lidas em voz alta;
- As pesquisadoras não informavam corretamente o tempo de duração da entrevista. Com receio de recusa da entrevistada, diziam que dura entre 15 e 20 minutos. Com isso, as sorteadas não permitiam o acesso a casa, respondem o questionário no portão ou porta de entrada da casa, geralmente em pé. Com o passar do tempo, a entrevista ficava desconfortável tanto para entrevistada quanto para a pesquisadora. Ambas queriam acabar logo. A entrevistada começava a responder com desinteresse e a pesquisadora começava a acelerar a leitura das perguntas, deixando de ler, por exemplo, as caixas de passagens;

## **RECOMENDAÇÕES**

As recomendações sobre os aspectos metodológicos para a próxima PNV é sanar os problemas levantados na avaliação. Porém, destaco os principais:

1. Garantir um manual de entrevistador(a) mais completo esclarecedor sobre todos os aspectos da pesquisa, não deixando casos omissos para que o(a) pesquisador(a) possa

- toma as decisões corretas;
2. Garantir que no treinamento e no manual dos(as) entrevistadores(as) haja discussão sobre temas de gênero, violência, orientação sexual;
  3. Garantir que haja supervisão de campo no intuito de que os(as) entrevistadores(as) possam ser orientados e corrigidos no campo;
  4. A respeito dos demais observações dos procedimentos em campo, é preciso atentar que todos esses problemas detectados se dão por conta da falta de qualificação e profissionalização Das pesquisadoras contratadas. Por isso a recomendação é que se contrate profissionais a altura da sofisticação da metodologia da PNV.

### **Imponderáveis do campo**

Cada um desses aspectos levantados são apenas a ponta do *iceberg* que significa a complexidade e sofisticação da realização de uma pesquisa dessa proporção. No entanto, o trabalho de empreender uma pesquisa confere ao pesquisador(a), quando ainda está em processo de construção do projeto, de prever quais as condições mínimas e ideais para que a pesquisa dê certo. Mesmo assim, não há como evitar os imponderáveis. Infelizmente, o campo de pesquisa, na maioria das vezes não funciona como o esperado. Por isso é obrigatório para os responsáveis pelo estudo saber lidar e tomar decisões no meio do percurso que ao mesmo tempo solucionem problemas e não comprometam o desenho inicial da pesquisa, assim como os seus resultados.

As mulheres sorteadas que fazem parte da população economicamente ativa dificilmente são encontradas em horários e dias comerciais. O horário em que geralmente estão disponíveis (a noite, durante a semana) em alguns bairros, implica em risco para a entrevistadora e, por outro lado, gera desconfiança por parte da entrevistada, que acha estranho o trabalho ser feito depois das 18h, fora do horário comercial;

As sorteadas , quando trabalham em casa, geralmente estão mais disponíveis depois das 14 horas porque pela manhã estão mais atarefadas em preparar as refeições e cuidar das crianças e buscá-las na escola. As que trabalham fora de casa estão mais disponíveis depois das 19h (horário que em algumas localidades se torna arriscado para as pesquisadoras) ou durante o final de semana, mesmo assim depois das 13h ou 14h, o que gerou uma grande concentração de entrevistas nesses horários.

## **ACOMPANHAMENTO DOS TREINAMENTOS**

Devido a sua entrada como consultora ter se dado após o terceiro mês do monitoramento, Fernanda Meira não acompanhou nenhum dos treinamentos no início da PNV. Durante os meses em que esteve no campo, ela ficou sabendo através das pesquisadoras acompanhadas nos estados da Região Sul de alguns treinamentos para novos pesquisadores e requalificações por parte das coordenações locais do Datafolha. No entanto, essas informações eram dadas em caráter informal e oficioso, e após o treinamento ter acontecido.

## **GESTÃO DA PESQUISA**

Nesta seção a consultora avalia a gestão da pesquisa como um todo, nos âmbitos dos três atores que tinham a responsabilidade de realizar, coordenar e apoiar a Pesquisa Nacional de Vitimização, ou seja, Instituto Datafolha, PNUD e a SENASP. Serão colocadas as impressões da consultora a partir da sua observação do desenvolver do campo.

De uma maneira geral e simplificada, havia três instâncias de gestão, a do beneficiário, que era a SENASP, a do contratante, que era o PNUD, e a do contratado, que é o Instituto Datafolha. Todas essas instâncias possuíam atores que desenvolveram determinados papéis e funções durante a pesquisa. No entanto, o que se pode adiantar é que por vezes esses papéis e

funções não eram inteiramente compreendidos por todos os atores envolvidos e com isso, alguns problemas surgiram no decorrer da pesquisa nos níveis de atividades desempenhadas, interlocuções, orientações, etc..

## **PNUD**

O PNUD, enquanto contratante, colocou à disposição do beneficiário (SENASP), consultores para realizar o monitoramento da PNV. Esses consultores, apesar de contratados pelo PNUD, seguiam orientações e se reportavam à coordenação técnica da PNV no âmbito do beneficiário do projeto - SENASP. Isso significa que, efetivamente, o papel do PNUD, do ponto de vista da consultora, foi o de organizar e fornecer os subsídios para a realização do monitoramento, no caso específico dessa consultora, da Região Sul. Ou seja, o fornecimento de diárias e de passagens em transporte aéreo. Também era de responsabilidade do contratante fazer o pagamento dos produtos dos (as) consultores(as). Isso significa que pela percepção da consultora, o PNUD não agiu na interlocução entre as três instâncias do ponto de vista da gestão da pesquisa como um todo.

Diante desse cenário, a participação do PNUD esteve restrita apenas no trato operacional e logístico com a consultoria de monitoramento e sob uma perspectiva bastante burocrática. Partindo disso, a consultora informa a ausência de conhecimento recíproco de ambas as rotinas de trabalho por parte da consultoria, assim como da equipe do PNUD que estava diretamente ligada ao projeto. Por isso, essa avaliação se dá mais questão de emissão de passagens e depósito de diárias. O que se quer dizer com isso, é que a logística realizada no campo, geralmente não está sincronizada com a logística preparada pelo escritório em Brasília. Por isso, algumas vezes o tempo da consultora foi desperdiçado em esperas nos aeroportos, com vôos e conexões distantes. Por outro lado, a consultora entende que no escritório de Brasília, há a corrida contra os prazos, assim como o cumprimento de protocolos e procedimentos.

Mas é fato que os subsídios – diárias e passagens, assim como a maneira como foram disponibilizados foram fundamentais para a realização do monitoramento, do contrário, tal atividade seria engessada.

## **SENASP**

A SENASP foi a beneficiária direta do Projeto. A ela coube orientar e supervisionar o trabalho dos consultores em campo. Por sua vez, esses consultores, através dos relatórios de campo (Produtos), relatos por correio eletrônico e durante as reuniões mensais com a coordenação técnica, em Brasília, subsidiava na SENASP com informações do campo.

A partir disso, a gestão da pesquisa no âmbito da Senasp realizava inserções junto a empresa contratada com o intuito de operacionalizar correções em problemas de coleta de dados, detectados pelos consultores. Sobre isso, faço as seguintes observações:

A utilização de informações dos consultores sobre o campo para resolução de problemas junto ao datafolha implicou na fragilização do trabalho dos consultores em campo.

O poder de influência da Senasp em relação a empresa contratada foi demasiadamente reduzido, o que ocasionou uma série de conflitos durante as negociações entre as partes.

## **DATAFOLHA**

O contato da consultora com o Instituto Datafolha se deu apenas nos níveis das coordenações regionais, que incluíam as coordenadoras de cada estado, as supervisoras/checadoras e as pesquisadoras. Não foi estabelecido um contato estreito com o Datafolha São Paulo, a não ser por este enviar mensalmente as planilhas com os cronogramas de realização do campo e sugestão de locais de acompanhamento para os(as) consultores(as).

O contato da consultora se deu de maneira próxima com as coordenações regionais e num nível macro não foi problemático. O papel das coordenações regionais era de



operacionalizar a PNV nos estados. No caso da Região Sul, cada estado tinha sua própria coordenação. Foi observado que as coordenadoras desempenhavam as seguintes tarefas:

- a) Realizar treinamentos e reciclagens;
- b) Selecionar e contratar pesquisadores(as);
- c) Distribuir o material da PNV ( questionários, cartas, cartões, etc);
- d) Fazer a mediação entre o Datafolha São Paulo e as pesquisadoras em campo;
- e) Checagem do material coletado;
- f) Distribuir e coordenar o fluxo de pesquisadores(as) em campo para o trabalho de aplicação dos questionários e de arrolamento dos setores censitários;

A consultora foi informada que as coordenadoras regionais começaram a PNV utilizando espaços alugados em hotéis nas capitais. Isso se deu no início da pesquisa. No decorrer, esses pontos de encontro com os pesquisadores foram transferidos para as residências dessas coordenadoras. Nas cidades do interior, geralmente era designada uma pesquisadora tida como mais experiente para reproduzir a função da coordenadora do estado.

### **Fluxo de Pesquisadoras (es)**

A consultora constatou a escassez de pesquisadores do sexo masculino em campo. Com isso, as pesquisadoras não recebiam a mesma quantidade de questionários que repassavam para os pesquisadores homens. Isso gerava insatisfação na equipe. Outra consequência da escassez de pesquisadores homens é a não formação de duplas mistas nos setores, o que tornava o dia de campo mais lento e improdutivo. A solução que as pesquisadoras passaram a adotar era encaixarem seus cônjuges/companheiros na equipe da PNV para que pudesse haver a troca de questionários. Por outro lado, essa situação também provocava insatisfação por parte das pesquisadoras que não tinham como articular esse tipo de parceria com pesquisadores do sexo masculino. Nesse sentido, pareceu que a coordenação

regional não conseguia solucionar tal problema.

É importante registrar que além dos problemas citados anteriormente, a não conformação de duplas mistas gerava sensação de insegurança entre as pesquisadoras mulheres. Algumas relataram situações de extrema exposição aos riscos de sofrerem algum tipo de violência por estarem sozinhas. A consultora testemunhou algumas dessas situações, em que os setores eram em lugares ermos, inóspitos, em áreas semi-rurais, estradas desertas ao lado de bosques, sem iluminação ou policiamento. Sem contar com as visitas a áreas dominadas pelo tráfico de drogas.

O problema difícil de gerir foi o grande número de desistência de pesquisadores para a PNV. Novos pesquisadores entravam semanalmente e estes não passavam por treinamento, apenas recebiam orientações individuais da coordenação regional ou de outro pesquisador que já estivesse há algum tempo.

Nos meses de setembro e outubro foi observada a ausência de supervisão do trabalho das pesquisadoras. As checadoras não desempenhavam o papel de supervisão. Seu trabalho era mais ligado ao apoio logístico e checagem de possíveis fraudes. Na chegada ao campo no mês de dezembro a pesquisadora observou um significativo aumento de checadoras. Mas a partir de conversas informais com tais profissionais, a consultora era informada que a intensificação da checagem se dava por grande quantidade de fraudes detectadas. Ou seja, as checadoras não cumpriam o papel de supervisionar os(as) pesquisadores(as), como tirar dúvidas, corrigir eventuais erros, etc..

O *Call Center* foi bastante criticado pelas pesquisadoras. Segundo elas, o atendimento não era imediato. Muitas vezes a pesquisadora esperava mais de 10 minutos para ser atendida. Isso agravava o problema quando acontecia diante de um morador de domicílio sorteado, porque intervinha diretamente na credibilidade da pesquisadora. A consultora chegou a presenciar algumas situações de atendimento demorado do *Call Center*.

A recomendação é que a próxima PNV garanta a formação de duplas mistas para realizar o

campo. A consultora constatou que isso dá agilidade quando se vai percorrer um setor. Além disso, é um fator de segurança para as pesquisadoras mulheres, que sempre são mais vulneráveis que os pesquisadores do sexo masculino.

## **CRISP**

A consultora não teve contato com os representantes do CRISP durante o monitoramento do campo. Em conversas informais com as pesquisadoras, a consultora perguntou sobre a atuação do CRISP nos treinamentos, mas as pesquisadoras não sabiam identificar ou diferenciar esses atores no processo.

## **RECOMENDAÇÕES**

Sobre a gestão da PNV nos âmbitos das três instâncias, recomendo que os papéis se tornem mais definidos. Ficou claro que a consultora ficou bastante fragilizada em relação ao que chamo de “rota da informação” do monitoramento. Recomendo que as lições aprendidas sejam internalizadas e concretizadas no Termo de Referência da próxima PNV.

## **AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO**

A Pesquisa Nacional de Vitimização utilizou dois tipos de questionários. O chamado Tipo I – SENASP é um questionário com perguntas que objetivam apreender características locais de vitimização. O questionário Tipo II – UNICRI é um instrumento que permite uma comparação internacional de dados sobre vitimização. Pelo fato do questionário UNICRI ter sido acompanhado em menos de 5% do monitoramento na Região Sul, a consultora vai se deter na avaliação do questionário SENASP.

A partir dos acompanhamentos realizados, o questionário Tipo I/SENASP foi observado que ele apresenta problemas de diversas naturezas. Logicamente compreende-se que aplicar um questionário num país do tamanho do Brasil e com tantas diferenças culturais regionais, construir um instrumento único e amplo é um desafio. Dentre os principais problemas estão elencados os seguintes: Tamanho e duração da aplicação do questionário; linguagem e texto dos enunciados, Diagramação; e Vieses.

### **Tamanho e duração da aplicação do questionário**

O questionário SENASP possui 183 perguntas, o que demanda de 50 a 60 minutos de aplicação em média. Em alguns casos, dependendo das condições do ambiente, da faixa etária e grau de instrução dos(as) entrevistados (as), esse questionário pode levar até cerca de 1 hora e meia para ser aplicado. Duramente o monitoramento, a consultora observou que esse tempo gera muito desconforto nos(as) entrevistados(as). Quando a entrevista passa da metade do tempo previsto, a pessoa já não presta mais atenção no enunciado das perguntas e responde com desinteresses. Em vários momentos do questionário as entrevistadas demonstraram impaciência por acharem que estava respondendo perguntas repetidas, porque já conseguiam discernir as sutilezas das perguntas.

A consultora entende que a extensão do questionário se dá pelo intuito de abarcar o maior número e variedade de informações sobre vitimização. No entanto, propõe que o questionário seja revisto nesse quesito e que possa ser reduzido o número de pergunta e, conseqüentemente, seja dinamizado o tempo de aplicação.

## **Linguagem e Enunciados**

Os problemas se dão na capacidade de entendimento dos enunciados, visto que as diferenças regionais, de classe e escolaridade foram bastante perceptíveis no que se refere ao entendimento das perguntas por parte dos(as) entrevistados(as); A sugestão é que o questionário seja revisto nesse quesito, e seja consultado pedagogos(as) que auxiliem na busca por uma linguagem que atinja vários tipos de público, o de maior e o de menor escolaridade. Também é preciso ser revisto algumas particularidades regionais. Por exemplo, na P.14. "Nos últimos 30 dias o(a) Sr(a) l) Saiu para feiras populares?" Feiras populares tem significados diferentes dependendo da região do país. No Rio Grande do Sul, geralmente era entendido como feira de artesanatos. No Nordeste, mais precisamente no Recife, feira tanto pode ser ir ao supermercado, como ser o comércio informal de mantimentos, geralmente de frutas e verduras, que é ao ar livre.

## **Diagramação**

O questionário precisa de uma organização profissional de sua formatação. Isso quer dizer que ele precisa passar por um processo de "diagramação", por um(a) profissional que torne questionário visualmente mais organizado e fluente para quem vai aplicá-lo. A disposição das questões e destaques específicos para as orientações e comandos das perguntas tornarão o questionário mais didático e fluente para o(a) entrevistador(a);

## **Vieses**

Esse é um ponto importante para se discutir sobre o instrumento. Os vieses foram observados por todos(as) os(as) consultores(as) e foi amplamente discutido nas reuniões mensais com a coordenação técnica da PNV no âmbito da SENASP. Foi percebido que o

questionário SENASP e também o UNICRI apresentavam viés de classe, de escolaridade, de gênero, de região, de relação urbano/rural e capital/interior, de faixa etária, entre outros. Isso significa dizer que o questionário parece se encaixar para que um determinado perfil de respondente tenha mais condições de compreender suas perguntas. E de acordo com a observação geral, esses respondentes têm o seguinte perfil: homens, classe média, em idade adulta, que faça parte da população economicamente ativa, que more nas capitais, especificamente na região Sudeste do país, e com razoável grau de instrução. Isso significa que algumas perguntas do questionário podem fazer muito mais sentido para o perfil agora descrito. Por outro lado, essas mesmas perguntas podem não fazer sentido para uma moradora ribeirinha de uma cidade do interior do Amazonas ou de uma cidade de interior litorânea de Santa Catarina. Um exemplo disso foi uma situação presenciada pela consultora na cidade de Paranaguá, no interior do Paraná. Durante uma entrevista que estava presente a filha da entrevistada, com idade de 20 anos, ela, ao perceber a dificuldade da mãe em responder algumas perguntas, indagou sobre a aplicabilidade dessas questões para a realidade local. Dessa forma, ela teceu o seguinte comentário: “Essas perguntas são mais quem mora em São Paulo!”

Outro viés importante de ser registrado é o de gênero. Apesar de o questionário abarcar perguntas sobre violência doméstica, maior parte do seu escopo engloba a vitimização sofrida na rua. Ora, se para boa parte das mulheres ainda ficam em casa com a responsabilidade do trabalho doméstico, boa parte das perguntas que se referem ao contexto da rua não fazem sentido para esse perfil. Logicamente a solução não é retirar as perguntas sobre a rua. A sugestão é aprofundar a investigação sobre as vitimizações que as pessoas podem sofrer dentro dos domicílios.

## Problemas específicos apontados pela consultora

Abaixo estão apontados em tópicos alguns problemas específicos com o instrumento da pesquisa, mais especificamente o questionário Tipo I SENASP<sup>5</sup>:

Na questão P.15. “Quais os três principais meios de transporte que o(a) Sr(a) costuma utilizar mais durante a semana?”, a pergunta não explica que não é necessária a marcação de todos os três itens. A maioria das pesquisadoras fica confusa quando a entrevistada fala um ou dois meios de transporte, geralmente induzindo esta a completar os itens. Quando a entrevistada não fornece tal informação, a pesquisadora, por conta própria, marca o item “a pé” por entender que é óbvio.

Nas questões P.146, 147 e 148, “Vizinhança” tem sido um termo confuso, ora é explicado como vizinhos de porta, vizinhos da mesma rua, quarteirão ou até do bairro. As pesquisadoras não conseguem explicar o sentido de vizinhança. Por isso, algumas vezes as entrevistadas respondem de forma equivocada.

Na questão 169c (opção B) “Foram aproveitadores, OPORTUNISTAS, relaxados, DISPLICENTES?” Algumas entrevistadas não compreendem o significado dessas palavras, principalmente “displicente”. Além disso, são muitos conceitos numa mesma pergunta e as entrevistadas sentem necessidade de responder separadamente, porque, por exemplo, quando o policial é aproveitador, necessariamente, não é também displicente. No bloco “Para todos”, há questões que não possuem orientação para situações em que o entrevistado não trabalha ou não tem carro. Ausência de orientação padronizada.

Na P. 172 (opção F), o trabalho e organização do trânsito em alguns estados, como o Rio Grande do Sul (Recife idem) não é organizado pela Polícia Militar. O questionário não prevê alternativa para essa situação. A solução seria ter uma coluna de “Não se aplica”.

Nenhuma pergunta do questionário possui as alternativas “Não respondeu” ou “Não se

---

5 As perguntas não estão copiadas *ipsis literis*, o questionário está em anexo.

aplica”. Quando a entrevistada respondia algo que não se encaixava nas opções de resposta, ou não respondia a pergunta, deixava a pesquisadora sem escolhas para marcar. Na falta da alternativa ela terminava demonstrando a fragilidade do instrumento para a entrevistada.

No bloco “Para todos”, há questões que não possuem orientação para situações em que o entrevistado não trabalha ou não tem carro.

Algumas questões possibilitam respostas que não constam de itens de marcação (não são exaustivas), deixando as pesquisadoras confusas, o que leva a pesquisadora a marcar por conta própria.

### **Problemas apontados pelas pesquisadoras**

As pesquisadoras da empresa contratada, de uma maneira geral, trouxeram algumas contribuições para o refinamento do questionário. Algumas percebiam as fragilidades e deram sugestões porque achavam pertinente para a própria pesquisa ou porque elas se sentiam constrangidas diante das entrevistadas pelo fato do questionário não dar conta de algumas respostas. Partindo disso, a consultora registrou as seguintes contribuições das pesquisadoras:

- a) O questionário é muito longo e as pessoas ficam impacientes e aborrecidas no meio da entrevista;
- b) Algumas perguntas parecem idênticas e isso aborrece quem está respondendo. Sempre falam: “Mas você já me perguntou isso, tenho que responder novamente?”;
- c) O questionário é muito longo e as pessoas ficam impacientes e aborrecidas no meio da entrevista;
- d) Algumas perguntas parecem idênticas e isso aborrece quem está respondendo. Sempre falam: “Mas você já me perguntou isso, tenho que responder novamente?”;
- e) Uma das pesquisadoras sugeriu incluir o item “obesidade” nos itens de



discriminação na pergunta P.32.

## **RECOMENDAÇÕES**

Sobre o instrumento, as recomendações se configuram na correção dos problemas apontados.

## **PERFIL DAS PESQUISADORAS/ENTREVISTADORAS**

A consultora acompanhou 40 pesquisadoras nos meses de setembro, outubro e novembro, e pôde observar os perfis contratados pelo Instituto Datafolha. Apenas pesquisadoras do sexo feminino foram acompanhadas nas entrevistas. Foram observadas poucas duplas mistas de pesquisadores em campo. Como já foi levantado anteriormente, era notória a escassez de pesquisadores homens.

### **Raça**

A consultora observou que das 40 pesquisadoras acompanhadas no monitoramento, apenas 01 (uma) era negra. Em relação aos pesquisadores homens, no três estados da Região Sul, a consultora teve contato com 8 pesquisadores do sexo masculino e 01 (um) era negro. Essa observação não está embasada em auto-declaração das (os) pesquisadoras(es).

### **Faixa Etária**

A faixa etária das pesquisadoras era bastante variada, mas o que predominava eram as mulheres acima de 45 anos.

## **Formação**

A grande maioria das pesquisadoras tinha cursado até o Ensino Médio. Algumas tinham cursado o Ensino Superior, mas não atuavam nas suas áreas de formação. Quatro pesquisadoras eram estudantes universitárias da área de Ciências Sociais.

## **Qualidade técnica das pesquisadoras**

Ao longo dos 3 meses em que a consultora realizou o monitoramento nos estados da Região Sul, ela relatou em seus produtos o nível técnico das pesquisadoras, assim como os principais erros delas. No geral, o que se observou é que apesar baixa qualidade técnica das pesquisadoras, e das fragilidades dos dois questionários, notou-se que independente da formação e das idades das profissionais, o que pesou para o sucesso de uma entrevista ou fracasso de outra era o compromisso da pesquisadora em seguir a metodologia. A questão é que a metodologia da PNV é bastante complexa e sofisticada, não apenas do ponto de vista do entendimento, mas em grande parte do comprometimento de aderir aos seus critérios. E esse aderir é o que separa pesquisadoras(es) de aplicadoras(es) eventuais de questionários. As pesquisadoras compreendem todo o processo de uma pesquisa, a necessidade de se cumprir as exigências metodológicas, tendo conhecimento de que falhas nesses procedimentos comprometem os resultados de uma pesquisa. A(o) pesquisadora(or) possivelmente está engajado ideologicamente com os conceitos atrelados à pesquisa. Do(a) aplicador(a) eventual de questionário não é exigido nenhuma dessas prerrogativas do(a) pesquisador(a). Por isso, o que se percebeu é que a metodologia sofisticada da PNV se transformou na principal inimiga da produtividade das pesquisadoras no campo. É como se a metodologia estivesse contra elas.

Com o baixo valor pago por um questionário que dura cerca de 50 minutos para ser aplicado, quanto menos tempo perder, mais produtivo é o campo. A metodologia significava

para as pesquisadoras a perda do precioso tempo. E isso é perfeitamente compreensível. No caso do Instituto Datafolha, essa empresa contrata apenas aplicadores de questionários, que não têm vínculo empregatício, não tem nenhuma garantia de direitos trabalhistas. Soma-se a isso a baixíssima remuneração que é dada a essas trabalhadoras. Conformou-se aí um ambiente desmotivador, propício a que se abra mão de cumprir o método corretamente.

### **Principais erros cometidos**

Abaixo estão elencados os erros comuns e recorrentes no trabalho das pesquisadoras:

- a) Apresentação incorreta da PNV;
- b) Não apresentação ou apresentação incorreta da consultora;
- c) Não é pedida autorização para que a consulta assista as entrevistas;
- d) Não é feita a ressalva da privacidade para a entrevista;
- e) Mais da metade das entrevistas acompanhadas foram feitas na presença de outros moradores do domicílio, além da entrevistada;
- f) A carta de apresentação da PNV não era entregue;
- g) No questionário, as caixas de passagem são ignoradas;
- h) No questionário, os comandos das perguntas espontâneas e estimuladas são ignorados;
- i) No questionário, o rodízio é ignorado;
- j) No sorteio do domicílio, algumas substituições foram feitas de maneira incorreta;
- k) No domicílio, o sorteio das entrevistadas por vezes era manipulados pelas pesquisadoras para que não se perdesse a oportunidade da entrevista.

### **RECOMENDAÇÕES**

A principal mudança recomendada para a próxima PNV é justamente o perfil das pesquisadoras. Recomendo que no quesito raça, o termo de referência possa estabelecer uma ação afirmativa garantindo que pesquisadoras negras e indígenas tenham garantidas e incentivadas a participação na próxima Pesquisa.

A faixa etária não se constituiu num problema para a PNV. O grande problema foi a falta de compromisso e engajamento com os princípios e objetivos da Pesquisa, embora que isso também esteja atrelado à baixa remuneração recebida pelas profissionais. Isso significa que pesquisadoras mais qualificadas não se interessam por um trabalho complexo que seja mal remunerado.

#### **ACOMPANHAMENTO POR MEIO DE CONSULTORES CONTRATADOS**

O monitoramento da PNV era feita de maneira presencial com acompanhamentos das entrevistas. A consultora acompanhou apenas entrevistadoras do sexo feminino. A consultora participava mensalmente de reunião com a Coordenação Nacional da Pesquisa de Vitimização e com os/as demais consultores/as. Nesses momentos era repassada a planilha com a previsão de execução de campo para o mês de acompanhamento, planilha esta construída pelo Instituto Datafolha. Em seguida, a consultora realizava os contatos, por email, com as coordenações regionais do Instituto Datafolha, informando datas e municípios previstos para o acompanhamento das pesquisadoras. Na chegada em cada estado, os contatos foram reforçados por meio de telefone no intuito de obter as indicações sobre a disponibilidade das pesquisadoras que deveriam ser acompanhadas.

#### **Problemas enfrentados**

Durante o monitoramento, algumas pesquisadoras não compreendiam o papel da consultora, elas pensavam que se tratava de mais uma coordenadora do Datafolha SP. E de forma recorrente pediam o seu auxílio para resolver problemas de entendimento do arrolamento/substituição, assim como tirar suas dúvidas sobre o questionário. Em vários momentos também esperavam que a consultora tomasse decisões em possíveis alterações dos procedimentos metodológicos da PNV, como a substituição do domicílio e da sorteada. . Nos casos em que ocorreram essas demandas, a sugestão da consultora para as pesquisadoras foi de que elas deveriam sempre, em caso de dúvida, entrar em contato com a coordenadora/supervisora/ou com o *Call Center*.

Em muitas situações as pesquisadoras só iam a campo por solicitação da coordenação regional para que fosse acompanhada pela consultora e isso gerava insatisfação por parte das entrevistadoras, porque elas argumentava que não era prevista sua ida ao campo. No entanto, a consultora apenas seguia a planilha de campo enviada pelo Datafolha São Paulo.

## **Desafios**

O maior desafio se deu na relação consultora/entrevistadoras em campo. O clima de desconfiança por parte das entrevistadoras era muito intenso. Elas se sentiam fiscalizadas e avaliadas, portanto, bem desconfortáveis com a situação. Por isso em diversos momentos se esquivaram do monitoramento, desligando os celulares, não comparecendo aos locais combinados e desmarcando idas ao campo. Outros desafios no nível das condições do campo, desde climáticas, como chuvas fortes, frio e sol, mas também a ida a locais de risco iminente de sofrer violência, como entradas em comunidades com a presença do tráfico. A questão da logística também foi um desafio. Afinal, com tantas distâncias a percorrer em várias cidades diferentes, era um desafio para consultora não passar mais tempo se deslocando do que em

campo fazendo os acompanhamentos.

### **Oportunidades**

O monitoramento, sem dúvida contribuiu bastante para coletar informações a respeito do campo para edições futuras da PNV. Além do campo, foi possível observar problemas na metodologia e no instrumento com vistas a aprimorar a PNV. No entanto, a previsão de acompanhar pessoalmente, por amostragem, a aplicação de 500 (quinhentos) questionários nos domicílios, distribuídos por todos os municípios selecionados para a aplicação da pesquisa se mostrou como uma meta improvável dada a realidade apresentada pelo campo e os imponderáveis. A média de acompanhamentos era de 3 entrevistas por dia. Por isso é importante que essa meta seja revista no desenho do monitoramento da próxima PNV.

Para acompanhar os casos de substituição de setores ou domicílios, checando a efetiva necessidade de realização da substituição era necessário ter acesso à folha de arrolamento e à planilha de visitas do setor, e esses documentos ficavam nas mãos das pesquisadoras e a consultora não tinha acesso. Os casos de substituição indevida eram identificados por conta apenas da observação muito atenta da consultora e por revelações informais das pesquisadoras.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No geral, o campo em Santa Catarina foi o mais improdutivo para o monitoramento. Foram acompanhadas apenas 12 entrevistas. É um número baixo em relação ao acompanhamento dos outros estados da Região Sul, Foram 44 no Rio Grande do Sul e 19 no Paraná. No decorrer dos três meses em Santa Catarina, foi possível observar uma discreta melhora na abordagem das pesquisadoras. A carta foi muito mais entregue do que nos meses anteriores.

No Paraná, a consultora observou que apesar de os mesmos erros de procedimentos metodológicos estarem sendo cometidos, os mesmos nos três meses de acompanhamento, algumas mudanças positivas foram notadas. No Paraná a comunicação com a coordenação regional fluiu sem ruídos e sem conflitos.

O Rio Grande do Sul foi o estado do Sul com o maior número de acompanhamentos. Mas também o com as pesquisadoras que mais apresentaram problemas de qualificação técnica e profissional.

## PARTE II

### Pesquisa Nacional de Vitimização – PNV: Um olhar sobre alguns aspectos de Gênero

Começo logo dizendo que o objetivo desse artigo é provocar algumas reflexões sobre o que uma pesquisa de vitimização<sup>6</sup> tem de limites e possibilidades no que se refere a algumas questões de gênero, em especial a questão da violência contra as mulheres (VCM). As reflexões tomam por base a minha experiência, enquanto consultora especializada, no monitoramento da Pesquisa Nacional de Vitimização<sup>7</sup> (PNV), realizado em 2010/2011, em várias cidades dos três estados da Região Sul do Brasil. Na PNV foi possível observar o que a metodologia, as condições do campo, e o perfil das entrevistadoras<sup>8</sup> se relacionam com algumas questões de gênero e especificamente na Violência contra as Mulheres (VCM). Por fim, trato um pouco das vulnerabilidades de entrevistadoras mulheres em campo numa pesquisa domiciliar.

Mas antes, gostaria de falar muito brevemente sobre o contexto atual. Em 2011, a Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, completou cinco anos de promulgada. Não é preciso nem mais dizer o quanto significou de avanço para as mulheres brasileiras terem essa lei como recurso de amparo às diversas formas de violência que muitas de nós são vítimas pelo simples fato de serem mulheres. De lá para cá, a Lei Maria da Penha se tornou assunto de debates nas universidades, nos movimentos sociais de mulheres e movimento feminista, e também nas conversas informais de cidadãos e cidadãs pelo país. Várias vezes ouvi pessoas

---

<sup>6</sup> Pesquisas de vitimização se constituem em estudos que visam demonstrar a discrepância que existe entre as estatísticas oficiais e a experiência que as pessoas tem com o crime. Para isso as pessoas são entrevistadas no intuito de investigar se elas foram vítimas de algum crime no ano anterior (Giddens, 2005)

<sup>7</sup> A Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), em seus aspectos metodológicos, é uma pesquisa quantitativa domiciliar, aplicada no território brasileiro. Com uma amostra de 70.000 questionários, o universo da população é constituído pelos moradores permanentes dos domicílios dentro do território nacional.

<sup>8</sup> Nesse texto uso o termo “entrevistadora ou entrevistador” quando me refiro a profissionais contratadas (os) para aplicarem o *survey*. E uso o termo “pesquisador (a)” quando me refiro a quem desenhou a pesquisa. Informo também que no texto me refiro na maioria das vezes à entrevistadoras do sexo feminino porque na metodologia da PNV as mulheres só poderiam ser entrevistadas por mulheres. No monitoramento, a consultora só poderia acompanhar entrevistas feitas por mulheres.



comentarem de maneira equivocada que com essa lei aumentaram os casos de mulheres agredidas pelos companheiros, quando, na realidade, sabemos que o que aumentou foi a quantidade de denúncias. Mesmo assim, os números obtidos a partir de registros oficiais das delegacias e dos serviços de saúde ainda estão longe de representarem a realidade, porque muitos casos não são denunciados. Seria, então, lógico pensar que uma pesquisa de vitimização, tal qual se configura o seu objetivo, deveria dar conta dessa subnotificação.

De fato, uma pesquisa de vitimização, sendo bem empreendida, pode ser uma boa escolha para tentar preencher essa lacuna. Porém é preciso ter cautela, porque incluir VCM numa investigação sempre exige cuidados especiais. Amparo-me nas idéias de Schraiber (*et al*), quando diz que “... *nosso objeto agrega outras especificidades para sua objetivação. Ligadas às emoções e às intimidades que tal violência envolve, essas especificidades demandarão cuidados metodológicos especiais: de natureza ética*” (Schraiber, *et al*, 2009; p.209).

No caso da experiência da PNV, é preciso registrar que ela não é uma pesquisa específica sobre violência contra as mulheres, mas teve em seu instrumento várias perguntas cujas respostas podem indicar a respeito da vitimização de mulheres em relação à violência de gênero. Sendo assim, a VCM se torna um produto subjacente ao estudo central (Schraiber, *et al*. 2009). Isso significa que termos informações como essas é, sem dúvida, um ganho para nós mulheres. Principalmente se pensarmos que tirando os dados oficiais da polícia e dos serviços de saúde, os dados sobre VCM foram anteriormente sempre produzidos por iniciativas da sociedade civil organizada, nunca do Estado.

No monitoramento foi possível observar quais elementos implicam na obtenção de informações mais próximas do real. É o que vou discutir a seguir, entrando um pouco na idéia de trabalho de campo.

Realizar uma pesquisa confere ao pesquisador(a), quando ainda está em processo de construção do projeto, a possibilidade de tentar prever quais as condições mínimas e quais as ideais para que o estudo se operacionalize. O campo de pesquisa nem sempre funciona como

o ideal, pois ocorrem esperas, recusas, ausências, desencontros, intempéries da natureza (chuva, por exemplo), só para citar alguns elementos. No caso de entrevistas domiciliares com mulheres existe um fator que pode ser imponderável para pesquisadoras(es) mais inexperientes ou que desconheçam a temática de gênero. Mas certamente é previsto por profissionais experientes e por quem lida com esse tema, principalmente se envolve a violência contra as mulheres. Isso porque entrevistar uma mulher em sua casa significa muitas vezes ter como obstáculo o marido, em primeiro lugar e, às vezes, o pai ou um irmão da mulher. Sem falar, claro, do fato de que uma pesquisa domiciliar, seja qual for o tema, implica na relação direta com a residência da pessoa. A desconfiança e a má vontade em receber alguém estranho, geralmente, é o primeiro entrave desse tipo de estudo. Na PNV, por exemplo, a respeito do sorteio dos(as) entrevistados(as), ocorria que nem sempre os moradores ficavam satisfeitos com a escolha de uma mulher da casa para responder. Nesses momentos se revelavam algumas nuances das relações de gênero<sup>9</sup> dentro do domicílio, assim como os arranjos familiares e a noção de chefe de família<sup>10</sup>.

Muitos homens não aceitavam que suas esposas fossem as sorteadas para responder ao questionário. Em diversos momentos foram observados maridos expressando indignação porque se ele era o “homem da casa”, o provedor e chefe da família, só ele teria a legitimação e competência para representar o domicílio. Muitas vezes alguns maridos, sequer permitiam a esposa falar com a entrevistadora e esta ouvir pessoalmente dela a recusa. O que foi observado por mim, mas também compartilhado por algumas entrevistadoras da PNV, é que se a mulher selecionada para responder era vítima de violência por parte do marido, a recusa do domicílio era quase certa. Quando se conseguia realizar a entrevista, esses homens faziam

---

<sup>9</sup> Por relações de gênero uso o conceito dado por Joan Scott (1995), onde essas são relações de poder entre homens e mulheres, definidas a partir das diferenças entre os sexos.

<sup>10</sup> Durante o monitoramento também foi observado uma pequena parcela de moradores do domicílio considerados agregados ou que não possuísem participação econômica ativa nas despesas da família que não eram legitimados pelos (as) chefes da casa para serem entrevistados. Ex. genros, noras, cunhados, empregados, etc.

questão de se manterem a uma distância (mesmo que não pudessem ser vistos) que intimidasse a entrevistada de falar a respeito do assunto. Por isso a privacidade para fazer a entrevista é um dos fatores mais importantes para que sejam obtidas respostas mais próximas da realidade. Sobre isso, Giddens pondera que:

*“em alguns casos, como o da violência doméstica, a própria metodologia do estudo pode resultar em uma denúncia incompleta considerável. Os BCSs (British Crimes Surveys) são realizados por meio de entrevistas na casa dos entrevistados, sendo bem provável que uma vítima de violência doméstica não denuncie incidentes violentos na presença do agressor (Giddens; 2005; p. 183)*

Na PNV esse foi um critério nem sempre respeitado pelas entrevistadoras. Observei muitas entrevistas feitas com a presença de companheiros, familiares, vizinhos, amigos e funcionários dos condomínios em que moravam as entrevistadas. Algumas vezes essas pessoas até interferiam na entrevista.

Porém acima da necessidade do sucesso de um questionário aplicado é preciso tentar garantir a essas mulheres segurança para que não haja represálias contra elas. Inclusive foi relatado, de maneira informal, por uma entrevistadora que vivenciou a situação de uma informante ter sido agredida pelo marido por conta de ter respondido a pesquisa. A entrevistadora revelou que isso ocorreu logo após a sua saída do domicílio. E aí suscita mais uma questão que coloca nas mãos de quem está no campo e teoricamente precisa estar como elemento mais neutro possível, a decisão de solicitar, ou não, por exemplo, a intervenção da polícia. Nesse caso específico, a profissional não tomou atitude por medo de também sofrer represália porque teria que voltar ao local posteriormente para continuar o trabalho. Essa é uma questão que deve ser refletida por quem vai empreender uma pesquisa. No caso de um *survey* como esse, cabe à instituição realizadora orientar sobre os procedimentos. Porém, de uma maneira geral, em qualquer pesquisa social, seja qual for o tema, o(a) informante nunca poderá ser prejudicado (Babbie, 2005).

Outra questão no tocante ao campo é enfrentar a dificuldade de ter o momento propício para realizar a entrevista. No caso da PNV que tem um questionário que dura mais ou menos 40 minutos para ser respondido, encontrar disponibilidade de entrevistar as sorteadas é tarefa árdua. A disponibilidade das mulheres varia com o andar do trabalho doméstico e com os picos de intensificação de suas atividades. Em termos práticos e reais, isso significa dizer que o período da manhã, por exemplo, ou a hora que antecede as refeições e os compromissos com os horários das crianças (buscar e levar na escola, auxiliar nas tarefas de casa) é praticamente perdido para se conseguir uma entrevista, pelo menos de forma ininterrupta. Na PNV, várias vezes foram presenciadas entrevistas que não puderam ser concluídas por conta dos afazeres domésticos, de choro de crianças, de maridos famintos, etc.

Por outro lado, as mulheres que trabalham fora de casa estão teoricamente mais disponíveis, quando já largaram do serviço externo. Mas o teoricamente se dá pelo fato de que essas mulheres chegam do trabalho fora de casa, mas tem que cumprir as tarefas domésticas. Ou seja, elas cumprem dupla jornada, o que também torna complicado realizar uma entrevista longa num mesmo dia, por exemplo.

O quero dizer é que entrevistar mulheres em seus domicílios exige certa habilidade e persistência da entrevistadora, no sentido de que é preciso saber lidar com as relações de gênero e arranjos familiares, no intuito de a pesquisadora não comprometer a segurança da entrevistada, assim como dela própria. Também é necessário fazer certa “ginástica” com o tempo, por conta da disponibilidade peculiar das mulheres. Isso implica, por exemplo, em concluir uma única entrevista em várias visitas ao domicílio.

Durante toda a minha estada em campo, por cerca de 3 meses, acompanhei exatamente 40 entrevistadoras. Nesse tempo, me fiz algumas perguntas sobre a qualificação dessas pessoas. Existe um perfil ideal de entrevistadora? Ela precisa ser mulher? Precisa ser feminista? Precisa conhecer sobre Gênero? As perguntas são diferentes, mas as respostas se relacionam entre si. Tento respondê-las a seguir.

Sobre a primeira pergunta, sim, é preciso um perfil próximo do ideal, que seria primeiramente o comprometimento com o trabalho, respeitando as orientações e os procedimentos metodológicos. Ora, mas isso não é ideal, isso é básico. Porém isso não foi observado empiricamente. Para a segunda pergunta, se é preciso ser mulher, respondo que sim, em se tratando de temas delicados como violência e crime, e quando se vai entrevistar mulheres. Sobre isso, Earl Babbie usa a questão racial, mas que eu trago para o gênero:

*Em alguns surveys, a compatibilidade racial – tentar compatibilizar a raça/etnia de entrevistados e entrevistadores – pode ser recomendável. Numa análise secundária dos estudos sobre as eleições Nacionais de 1964 a 1984, Anderson, Silver e Abramsom descobriram que os entrevistados negros tinham maior probabilidade de expressar sentimentos de calor e proximidade em relação a brancos, quando eram entrevistados por brancos, do que quando eram entrevistados por negros. (Babbie, 2005; p.261).*

Este autor usa o exemplo para ressaltar a importância da neutralidade do entrevistador no processo de coleta de dados e a dificuldade de alcançá-la completamente. Trazendo esse exemplo da literatura especializada para a PNV, concordo plenamente de ter sido adotado como procedimento metodológico que entrevistadoras do sexo feminino deveriam entrevistar as mulheres, e entrevistadores do sexo masculino deveriam entrevistar homens, e nunca, sem exceção, o contrário, mostra a decisão acertada, pois é maior a possibilidade de que assuntos como VCM e violência sexual sejam mais acessados por interações entre interlocutores do mesmo sexo. Gostaria de ir mais além, acrescentando as dimensões subjetivas de representações para mulheres que sofreram algum tipo de violência, seja sexual ou de outra natureza, de algum homem, que o interlocutor mais apropriado, do ponto de vista das relações de poder que se configuram as relações de gênero fosse alguém do mesmo sexo. Corrijam-me os (as) mais experientes se eu estiver enganada.

Agora respondendo as duas últimas perguntas, digo que não, ela não precisa ser feminista. Mas sim, ela precisa ter conhecimentos básicos sobre questões gênero, assim como no caso do

tema geral da PNV, as entrevistadoras e os entrevistadores precisam ter conhecimentos básicos sobre o tema de que vai tratar a pesquisa. Por fim, para uma entrevista é inadmissível expressar juízo de valor a respeito do que está sendo respondido:

*...Que também não estranhem, de outro lado, as dificuldades morais, emocionais e materiais que as mulheres têm para lidar com e falar sobre a violência. As mulheres relatam sentir: vergonha ou humilhação; culpa ou medo de serem culpadas pela violência; temor pela sua segurança e a de seus filho... (Schraiber; et al. 2009, p. 20).*

É muito importante a postura de escuta da entrevistadora. Houve uma situação em que a entrevistada era vítima de VCM e ao ser perguntada sobre quem era o agressor, indicou que iria iniciar um desabafo em tom de denúncia sobre a situação de violência doméstica que vivia. A entrevistadora percebeu, mas com receio de extrapolar o tempo da entrevista, ignorou essa fala e imediatamente pulou para a próxima pergunta, mudando o tema da conversa. A informante levou certo tempo para assimilar essa mudança de tema. Quando viu que o assunto da VCM não seria estendido, demonstrando um desapontamento, continuou a responder o questionário, mas já com certo descaso. Ao final da entrevista, depois de já termos nos retirado do domicílio, a pesquisadora teceu para comigo o seguinte comentário: “Você viu que ela ia começar a falar a história de que apanha do marido? Eu não dei nem cabimento”, disse a entrevistadora, orgulhosa da “proeza” de ter conseguido desviar do assunto. Obviamente que nos moldes de uma pesquisa quantitativa como essa e com o questionário fechado, não há possibilidade de se dar vazão a um longo desabafo, pois estes não serão registrados nem levados em consideração do ponto de vista de marcação das respostas. No entanto, se faz necessária uma reflexão acerca da relação face-a-face entre entrevistadora e entrevistada. O momento da entrevista é uma oportunidade de estabelecimento da confiança entre as duas partes. Além disso, suscita a idéia de sensibilidade que deveria ter a entrevistadora, no sentido de que ela não é uma máquina perguntadora. Sobre isso, Babbie fala:

*Os surveys freqüentemente forçam os respondentes a enfrentar aspectos de si mesmos que eles normalmente não consideram... Assim o survey pode ser uma fonte de agonia pessoal para os respondentes... Não há maneira de se proteger contra tais possibilidades. Mas alguns itens do questionário tem maior probabilidade de produzir tais reações que os outros, e você deve ser sensível a isto” (Babbie, 2005, p. 450)*

Gostaria de encerrar esse texto mudando um pouco do foco da entrevistada e do enfrentar questões de gênero na realização da entrevista, para colocar em evidência a situação de pesquisadoras do sexo feminino no campo. A minha inquietação é sobre algumas vulnerabilidades que as entrevistadoras estão sujeitas na pesquisa domiciliar. Isso se baseia em grande medida da minha observação, mas também da contribuição das profissionais acompanhadas no monitoramento da PNV, através de conversas informais no campo.

Começo com uma reflexão que uma delas fez quando abordamos um determinado domicílio e os moradores recusaram nos receber. Percebemos que eles estavam visivelmente desconfiados e receosos de nos receberem, provavelmente temendo que fôssemos pessoas mal intencionadas. A entrevistadora, então, disse o seguinte: *“Não sabem eles que nós aqui também corremos o mesmo risco de entrar lá e eles serem perigosos. O risco é recíproco”*. Essa frase é a mais pura verdade. Diversas vezes fomos recebidas em residências e nos deparamos somente com um ou vários homens no interior da casa. Vejam que nós, normalmente, éramos apenas duas mulheres. Em outras ocasiões, era preciso muitas vezes caminhar a pé em lugares ermos, com estradas desertas, à beira de bosques, estradas ou rodovias. Também entramos em lugares onde havia o domínio do tráfico e do crime organizado, além de locais que eram pontos de consumo de drogas.

Não é que entrevistadores do sexo masculino também não estejam à mercê de enfrentar riscos de sofrer uma violência durante o trabalho. Mas chamo a atenção para a vulnerabilidade das mulheres por estarem desempenhando um trabalho de rua e não se

pode negar o fato de que as mulheres são mais vulneráveis às violências sexuais.

Ao tocar nesse ponto, não estou querendo dizer que entrevistadoras mulheres são um problema, que são mais complicadas. Pelo contrário, são extremamente necessárias. Mas chamo atenção para a necessidade de que os responsáveis por empreender uma pesquisa desse porte e com esse desenho, como a PNV, precisa pensar em como garantir segurança para as entrevistadoras. É preciso fornecer orientações sobre como proceder em situações de risco, assim como desenvolver estratégias que diminuam os riscos e ao mesmo tempo sejam providentes na hora de alguma situação extrema. Soluções básicas como gerir o fluxo de profissionais em campo, de modo que as entrevistadoras nunca andem sozinhas. Sempre compor equipes mistas com entrevistadores de ambos os sexos. Orientar sobre abordagens em locais de risco já conhecidos. O importante é sempre pensar na segurança e bem estar dos(as) profissionais.

## **Conclusão**

Diante do que já foi exposto, gostaria de reafirmar alguns pontos. O primeiro é da importância e do avanço de incluir a violência contra as mulheres na Pesquisa Nacional de Vitimização. Por outro lado, também gostaria de reafirmar que quando se decide incluir temas como esse é preciso estar atento às suas necessidades metodológicas específicas. No caso de pesquisa com mulheres, estar atento às condições que o campo poderá fornecer, de acordo com o modo de vida peculiar que ainda vive as mulheres. Também reafirmo a necessidade de se buscar sempre um perfil coerente de profissionais e cuidar da orientação das entrevistadoras no tocante aos conceitos e contextos do conteúdo da pesquisa. Por fim, retomo a necessidade de atender as especificidades do trabalho com entrevistadoras mulheres em campo.



## BIBLIOGRAFIA

**BABBIE, Earl.** Métodos de Pesquisas de Survey. Tradução de Guilherme Cezarino – Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2005.

**DATAFOLHA; e CRISP/UFMG.** Pesquisa Nacional de Vitimização. Manual do (a) entrevistador (a) de campo. São Paulo, 2010.

**GIDDENS, Anthony.** Sociologia: uma breve, porém crítica introdução. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005

**SCHRAIBER, B. Lilia; d'OLIVEIRA, Ana Flavia P. L.; COUTO, Márcia Thereza.** Violência e Saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2009. 25 Sup. 2: S205-S216.

**SCOTT, Joan.** Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução: DABAT, Christine Rufino; Ávila, Maria Betânia. Recife, SOS CORPO, 1995.